



RENDA BÁSICA E A RESPOSTA À CRISE: Análise da variação do PIB a partir da contemplação de novos inscritos no auxílio emergencial de 2020/21

, Brunno Correa Bastos, Lais Ribeiro Valadão, Ana Carolina Vilanova Bezerra, Flávio Vinicius Silva Ferreira de Souza, Letícia Silva Souza, Helena G. S. Regis, Rafael V. Cesar, Caio E. B. S. Lima, Gabrielle C. S. Teixeira, Renato O. S. Nogueira, Vanuza da Silva Pereira Ney.

A crise da COVID 19 demonstrou de forma muito específica o caráter disfuncional que a economia brasileira seguiu nos últimos dez anos, a qual foi acentuada com a Emenda Constitucional n.45/2016 com vencimento somente em 2036. A pandemia também demonstrou as opções de saída desta que é a crise mais aguda desde o lançamento do plano Real em 1994, que pode ser verificada a partir da flexibilização dos gastos públicos, sobretudo a fim de recuperar o protagonismo da variável que detém parte expressiva na alocação do PIB nacional, a saber, a renda das famílias.

É verificado que os resultados do país no primeiro momento da expansão da crise global demonstraram uma queda acentuada, contudo à medida que as discussões sobre o auxílio emergencial iam seguindo e ao passo que as propostas de renda emergenciais vão sendo solidificados e aplicadas, os resultados econômicos vão demonstrando reações positivas.

A metodologia do trabalho é composta por uma revisão bibliográfica dos principais estudos e pesquisas desenvolvidas acerca das temáticas abordadas, bem como análise de dados extraídos dos sites do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e entre outros. Além de ser utilizadas ferramentas matemáticas para buscar a variação do PIB e seus resultados a partir da ampliação de um projeto de renda básica nacional

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados esperados são ainda incipientes, tendo apontado preliminarmente para a hipótese de que os estímulos fiscais surgem como fatores primordiais na contenção do agravamento da crise econômica.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados esperados são ainda incipientes, tendo apontado preliminarmente para a hipótese de que os estímulos fiscais em função da manutenção da renda básica nacional, promovida por intermédio do auxílio emergencial, demonstrou resultados favoráveis a economia do Brasil diante de um cenário marcado por incertezas e insegurança do ponto de vista econômico

Os estudos sobre os resultados preliminares demonstraram que o investimento em programas de proteção social podem ser significativamente positivos, esse estudo está em desenvolvimento e tem por objetivo demonstrar que a crise que foi acentuada com o Coronavírus, malgrado todas as estratégias de crescimento de cunho ortodox/liberalizante implementadas até o ano de 2020, passou a demonstrar recuperação com a PEC do orçamento de guerra que flexibilizava a Política Fiscal e com a Lei nº 13.998/2020 que iniciou o auxílio emergencial às famílias, dando destaque ao orçamento que dava mais segurança e previsibilidade aos estados no combate a pandemia

Além disso, evidencia-se que políticas pautadas pela austeridade fiscal, especialmente a PEC 55/2016 acabam por acarretar um efeito devastador nos gastos públicos, tendendo, em grande parte, a reforçar as discrepantes desigualdades de renda do país, além de evidenciar um perigoso obstáculo à superação dos efeitos de calamidade pública gerados pela pandemia.

Nesse sentido, programas de transferência de renda como o Auxílio Emergencial e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, se fazem essenciais, de modo que atuam na manutenção dos gastos das famílias, permitindo a constância de seu consumo, e atuando diretamente na estabilidade da atividade econômica.

*Instituição do Programa de IC, IT ou PG:
Fomento da bolsa (quando aplicável):*

